

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Davi Martins Pereira Silva

HISTÓRIA DO BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS.

(Uma análise da proposta de História Integrada)



NATAL – RN

2005

DAVI MARTINS PEREIRA SILVA



HISTÓRIA DO BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS.

(Uma análise da proposta de História Integrada)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Professora Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira, como requisito para conclusão do curso.

Natal (RN), janeiro de 2005

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA

Orientadora

PROFA. ESP. FRANCISCA AURINETE GIRÃO BARRETO DA SILVA

(Membro)

MS. ALEXANDRO DONATO CARVALHO

(Membro)

RESUMO

O trabalho é uma comparação entre ^{duas} as versões de livros didáticos de História. A primeira do livro que trabalha a disciplina de maneira integrada e a segunda trabalha de forma não-integrada. Foram selecionadas duas coleções de livros destinados ao Ensino Fundamental II de História do Brasil, e comparados uma um como os assuntos eram trabalhados em ambas as abordagens, visando dessa forma a forma ^{os conteúdos} que contém os mesmos de maneira mais didática, segundo nosso entendimento.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a DEUS, que me concedeu o dom da vida e permitiu que eu concluísse este trabalho.

A minha orientadora, Professora Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira, que soube compreender minhas dificuldades e com paciência e incentivo não permitiu que eu perdesse o ritmo de estudo.

A minha esposa Francijane, que compreendeu os momentos em que estive ausente, dedicando-me ao trabalho.

Dedico a conclusão deste trabalho exclusivamente a minha mãe, Professora Terezinha Martins da Silva, a quem devo juntamente com meu pai Professor José Oscar Pereira Silva, tudo o que sou. A ela muito obrigado por ter lutado e acreditado em mim até o fim deste trabalho.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
1 As Investigações sobre o livro didático de História no Brasil.....	12
2 O ensino de História no Brasil.....	19
3 Análise comparativa entre os livros Integrado e não Integrado.	28
Considerações finais.....	46
Referências Bibliográficas.....	47

Introdução

“Se as coisas são inatingíveis, não há motivos para não querê-las; pois o que seriam os caminhos sem o mágico brilho das estrelas”?

Mário Quintana

Educar é uma soma de esforços que envolve questões multi-disciplinares, emocionais e psicológicas que buscam dar ao ser humano a condição de cidadão do mundo em que vive. Não se tem notícia de agrupamento social onde não exista a relação ensino-aprendizagem.

Ora se apresentando formal, ora sutilmente no dia-a-dia, ⁷ela segue modelando a visão do mundo de todos aqueles que estão sob sua direção.

deste
ensino

Como um dos segmentos de apoio às formas de transmitir o saber, a humanidade experimentou a areia, a argila, o papiro, e o papel, que transformou em livros de diferentes tipos.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda, em seu dicionário, ¹~~diz que~~ livro didático é aquele “destinado ao ensino e cujo texto deve obedecer aos programas escolares”. Embora este conceito permaneça, o livro didático vem passando por alterações quanto ao formato, estrutura gráfica, ²seleção de conteúdos.

Para realização deste trabalho optou-se por estabelecer uma análise comparativa de ³indicar os livros escolhidos obras a partir dos conteúdos nelas contidos, em decorrência das ⁴minhas experiências enquanto professor.

Leciono História para turmas de 5ª a 8ª séries, desde quando ingressei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 1994, ⁵lembro-me que alguns anos depois, fui abordado no final do ano letivo por um representante de uma Editora, que me garantia trazer o que logo seria uma realidade para a maioria das escolas da rede privada de ensino: a História Integrada. Como lecionava há pouco tempo, e por ter receio, quando se trata de modismos na educação, preferi naquele ano não adotar os livros na versão integrada.

Atualmente, com mais de experiência, voltei a interessar-me pelo tema e como forma de tirar minhas dúvidas, decidi fazer um estudo comparativo entre as versões Integrada e não Integrada sobre História do Brasil, em duas coleções de livros didáticos de autores diferentes.

As oportunidades de conhecer, aprofundar, interpretar e exercitar conteúdos em diversas coleções trabalhadas em sala de aula, garantiram a possibilidade de sentir-me pesquisador do assunto ora em questão. Isso porque nos encontros pedagógicos ^{organizados} ~~oportunizados~~ pelo colégio onde ensino, tenho a oportunidade de questionar e refletir sobre o livro que estou trabalhando junto com os alunos. Neste processo, também fruto da necessidade dos profissionais da área de História, em repensar não só a disciplina, como também a metodologia de ensino, consegui desvendar várias diferenças (algumas vezes sutis) nas obras que são colocadas à nossa disposição.

O trabalho condensado neste documento, fruto de todo o processo investigativo, apresenta-se em três capítulos assim distribuídos: o primeiro surge como um breve panorama das pesquisas sobre livros didáticos no Brasil; no segundo capítulo, o foco é o ensino de História, seu processo de evolução desde o surgimento da História como disciplina, até os dias atuais; no terceiro e último capítulo, é feita uma comparação entre os assuntos abordados nos livros integrados, fazendo paralelos com os livros não integrados, apontando as vantagens e desvantagens de cada abordagem.

Dessa discussão espera-se ao final, ter conseguido apontar de modo construtivo os resultados das análises e interpretações dos conteúdos indicados nas obras apreciadas comparativamente. Acredita-se que seus resultados poderão servir de subsídios para tomada de decisões dos profissionais do ensino de História.



Capítulo 1

“O senhor... mire e veja o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, não foram terminadas – mas, que elas vão sempre mudando”.

Guimarães Rosa

1 AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Neste capítulo serão discutidos os resultados de pesquisas sobre o livro didático de História, abordando temas que tratam dos primeiros projetos de livros didáticos no Brasil República. Nesse período a Igreja deixa de ter o controle sobre a disseminação do conhecimento o qual passa a ter um caráter mais leigo que religioso; o livro didático passa a ser uma mercadoria, a qual é influenciado pelo surgimento das primeiras editoras. Além do mais, o Estado acaba direcionando os livros didáticos para suas escolas, ampliando o acesso ^{da} à população a esse recurso.

A profissão de professor, principalmente de 1º grau, durante muito tempo foi vista pela sociedade como uma ocupação tipicamente feminina. Tal visão dava-se, entre outros aspectos, pelo fato dos salários serem muito baixos e a mulher teria mais “jeito” de lidar com crianças. Como reflexo disso, a maioria das pesquisas feitas sobre livros didáticos, são realizadas atualmente por mulheres. *como assim?*

O trabalho de Circe Bittencourt, intitulado “Livro Didático e Conhecimento Histórico: Uma História do Saber Escolar”, é um dos estudos que trouxe grande contribuição para a análise sobre os livros didáticos de História no Brasil. Nele a autora, faz um retrospecto dos primeiros projetos sobre livros didáticos no Brasil a partir da implantação do regime republicano, do surgimento das primeiras escolas, bem como o conhecimento que seria trabalhado nas mesmas, onde destaca a forte influência da Igreja sobre a educação no país. Com a ^República passa a analisar a política educacional de governo, que se desenrolou de forma a garantir o poder institucional¹.

As editoras também são abordadas pela autora, que mostra como se deu o surgimento das mesmas, como ocorria a comercialização dos livros e trata o livro como uma mercadoria.

¹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro Didático e Conhecimento Histórico: Uma História do Saber Escolar. São Paulo, 1993.

Outro aspecto importante trabalhado por ela, é a separação entre o saber sagrado e o profano, a partir do surgimento das primeiras escolas republicanas, como os professores trabalhavam, suas metodologias, sua condição de trabalho e as primeiras escolas normais, motivadas pelo interesse em reduzir o analfabetismo, principalmente. Por fim traz a importância da memorização no processo de aprendizagem, como o exercício e a ilustração eram trabalhados nos livros didáticos na busca de ampliar o poder de compreensão dos conteúdos, por parte dos alunos.

Vale a pena destacar, que na década de 1960, pesquisas demonstraram que o domínio do conteúdo pelos professores, era o mais importante. Nesse período, as pesquisas mostram que cabia ao docente demonstrar domínio sobre tudo, e todos os assuntos, porque ele era “o professor” e sua palavra raramente, era posta em dúvida. Na década seguinte, as pesquisas são sobre os aspectos didáticos metodológicos, que passam a ser abordados, sendo tais pesquisas pouco reflexivas, não passando na maioria das vezes de relatos de experiências de professores².

Quando se pensa em refletir sobre uma atividade, seja ela qual for, o ideal é que esse pensar seja realizado por pessoas ligadas diretamente à atividade, dessa forma os profissionais mais indicados para analisar e pesquisar sobre História, são os professores de História. No período que vai de 1980 a 1990, é isso que tem ocorrido com as pesquisas sobre ensino de História no Brasil, como podemos verificar na tabela a seguir.

Tabela-I

² Para aprofundamento dessas questões, ver: Ernesta, Seaculum Revista de História, p.108 - nº 6/7 - Jan./Dez./2000/2001.

dez. 2000; jan. 2001

Tit. do artigo
n.º 67
local: 60

TABELA 1 Títulos

Área do conhecimento	Número de profissionais	%
História	35	32
Educação	22	20
Psicologia	4	3,6
Sociologia	4	3,6
Ciências Sociais	2	1,8
Antropologia	1	0,9
Filosofia	1	0,9
Não identificados	41	37,2
Total	110	100,0

Fonte: CAIMI, Flávia Eloísa. *Conversas e Controvérsias*, p.50

De acordo com os dados apresentados acima, observa-se como ponto positivo, o alto percentual (32%), de profissionais de História atuando no seu próprio campo de conteúdo dominante e desenvolvendo trabalhos de pesquisa. Esse resultado só é seguido, pelos profissionais de Educação (20%) conforme pode-se constatar.

Ainda sobre a década referida, grande parte dos trabalhos era sempre voltada para temas relativos às questões sociais como as minorias. Nesse caminho, surgem trabalhos sobre as classes dominadas, sempre colocadas sob o controle da ideologia dominante. O negro é o principal representante dessas minorias, sendo fruto de várias pesquisas, que enfocam o tratamento que o mesmo recebe nas leituras, na forma preconceituosa com que o tema é abordado e como o preconceito é muitas vezes sugerido nas abordagens didáticas. A condição de escravo em que chegou o africano ao Brasil, provocou esteriótipos de “gente menor” que muitas vezes os livros deixam escapar.

Outro capítulo da História trata das minorias, refere-se aos índios. Estes, foram apresentados à sociedade brasileira através dos livros didáticos, de várias maneiras. Primeiro

àqueles seres nus, de corpos pintados fortes e valentes, mas que não ofereciam muita resistência ao colonizador. Num segundo momento surge como ingênuo, a alma que precisava ser salva, e a catequese entra nessa fase de modo forte para “protegê-los”. Finalmente aparece como o “preguiçoso”, o “indolente”; isso porque não se deixou escravizar. Ora como rotular de preguiçoso, um povo que não aceitou trabalhar na lavoura que não era sua, para quem nem sequer era seu parente ou amigo? Na verdade isso era sinal de consciência de si mesmos, e de seus direitos e principalmente demonstração de pura lucidez.

Percebe-se então quanto o livro didático pode influenciar nossa visão de mundo, da imagem que construímos de nós mesmos e do outro, a partir das análises e interpretações da realidade social.

A década de 1980, em especial, ^{em} é muito rica à pesquisa sobre o ensino de História devido ao processo de reabertura política vivido pelo Brasil, que levou muitos a buscarem novos referenciais teóricos, principalmente na França. Nesse contexto ganha destaque a dimensão sócio-política e ideológica da prática de ensino. Um trabalho de relevante importância como ^{da ANPC} Presidente e pesquisadora sobre o ensino de história, é o de Déa Fenelon, que ^p após sua gestão na ANPUH, ocorre a intensificação da discussão sobre o ensino de História em suas reuniões.³

Um dos enfoques dados nestas pesquisas dominante na década de 1980, é o livro didático, o grande responsável pela transposição do saber produzido nas Universidades para o saber acadêmico, numa linguagem acessível aos alunos. A abordagem dada aos conteúdos pelos mesmos, é considerada por alguns ^{como} sendo o responsável pelo baixo nível em que se encontra a educação em nosso país, outros afirmam que os mesmos são um auxílio no nada fácil dia a dia do professor, que muitas vezes encontra nele, além dos assuntos que devem ser lecionados durante o ano (considerado nesse caso como sendo um instrumento pedagógico),

³ Ernesta, Seaculum - Revista de História, p.108 - n° 6/7 - Jan./Dez./2000/2001.

além disso, recebem das editoras uma série de sugestões de trabalhos extra classe, de textos complementares, de atividades a serem realizadas na classe ou em casa e muitos outros instrumentos que algumas vezes, chegam mesmo a tirar do professor, a necessidade de planejamento, uma vez que muitos já trazem em seu final, um apêndice (disponível apenas nos livros do professor) com todos esses elementos. Contudo, a responsabilidade com a aprendizagem, deve levar o professor a não reproduzir o que vem sugerido, mas adequá-lo à realidade ^{de} de seus alunos. suq

Uma das questões trazidas à tona por essas pesquisas é o valor de mercadoria que o livro didático tem. Sendo objeto de comercialização, é feito para ser adotado pelo maior número de escolas, de tal maneira que o mesmo, algumas vezes não chega ao seu formato final, como o autor o idealizou, isso porque durante a sua elaboração sofre a influência do editor, dos técnicos visuais, dentre outros, que acabam mudando a forma de leitura feita inicialmente pelos autores, como cita Circe Bittencourt:

Autores e editores ao simplificarem questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores. Sua tendência é de ser um objeto padronizado, com pouco espaço para textos originais, condicionando formatos e linguagens, com interferências múltiplas em seu processo de elaboração associadas à lógica da mercantilização e das formas de consumo⁴.

A década de 1990 traz consigo trabalhos sobre a origem do ensino de História no século XIX, o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a História como espaço da perpetuação e preservação dos heróis nacionais, tão necessários aos governos, passando atualmente para enfoques sobre o cotidiano, sobre as novas concepções de ensino, que não mais vêm o aprendizado preso à sala de aula, além de novos enfoques para antigas fontes históricas e o tempo histórico.

⁴ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros Didáticos entre Textos e Imagens em O Saber histórico na Sala de Aula. São Paulo, 1993. p.73.

No final dessa década, em 1997, o trabalho: “Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos”, de autoria de Kazumi Munakata, faz uma nova abordagem sobre os estudos ^{dos} ~~sobre~~ livros didáticos. O autor trata essencialmente da mercadoria que é o livro didático. Mostra como o Estado está presente em quase todas as fases de elaboração do livro didático, uma vez que através das listas de autorizações e posteriormente com as recomendações para adoção dos livros pelas escolas e professores da rede pública, acaba moldando os livros de tal forma que surge uma cristalização de um modelo a ser seguido por todos os demais autores.

Esse controle do Estado sobre os livros, acaba levando as Editoras a remodelarem suas publicações, visto que o governo é o principal comprador dos mesmos, o que torna a atividade altamente rentável. Também aborda as Editoras trazendo a tona uma situação, onde poucas delas controlam a maior parte do mercado editorial brasileiro. Isso porque o volume de publicações indicadas nas licitações públicas, exige uma capacidade tecnológica de editoração das empresas, muito elevadas e só as grandes editoras têm condição de atender, favorecendo a criação de grandes conglomerados.

Do exposto, observa-se a força que o livro didático assume, como fomentador de idéias e de visões do mundo; o que não só ocorre no campo do ensino da história, mas em ^{mas} qualquer outra disciplina, sobretudo nas ciências humanas. Cabe ao professor, quando da oportunidade de indicar essas publicações para conduzir o seu trabalho em sala de aula, ficar atento às sutilezas desses documentos, sobretudo ^{entendi} as de cunho ideológicos que, por vezes, distorcem a realidade que se quer e se deve trabalhar.

Capítulo 2

“O mais importante é que o professor saiba
ver progressos onde antes só via erros”.

Emília Ferreiro

2 O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Neste capítulo será feita uma abordagem sobre o ensino de História no Brasil, tendo como ponto intermediário o golpe militar de 1964. Isso porque o golpe de 64 é um marco de ruptura entre a forma tradicional do ensino de História e um repensar sobre este ensino pós golpe, tendo entre esses dois momentos uma forma de manipulação da educação em prol de uma alienação, a qual se fazia necessária naquele momento, como forma de garantir a sustentabilidade do governo. Aqui serão trabalhados o surgimento da História como disciplina, favorecido pela necessidade de formação da idéia de uma nação brasileira, que contribuisse para a garantia da união territorial. Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelos primeiros professores, porém amenizados pelo papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no incentivo à educação e ao mesmo tempo norteador do método a ser trabalhado pelos professores, onde se pode relacionar: as exigências do governo para o cargo de professor; o surgimento do curso de Estudos Sociais, como forma de inibir a produção de novos conhecimentos sobre a realidade durante os governos militares; o redimensionamento da História como disciplina a partir do final da década de 1970, quando inicia-se o processo de redemocratização.

Com a ruptura política entre Brasil e Portugal ocorrida em 1822, houve a necessidade de garantir a união do país, sendo necessário para tanto o fomento do sentimento de nacionalismo, que promovesse na população sua identificação com uma cultura que a partir daquele momento buscava se auto-afirmar. A disciplina de História regulamentada em 1838 tinha como função garantir a formação de tal sentimento no entanto, as dificuldades à formação deste não eram poucas.

A primeira que podemos citar era a falta de uma infra-estrutura educacional mínima, como museus, bibliotecas e até mesmo um calendário comemorativo, que unisse a população

em torno das datas ou momentos históricos. Por outro lado, enfatiza-se também a escassez de livros escritos aqui no Brasil, e que abordassem nossa realidade, o que acaba^{va} levando os professores a adotar livros de outros países, por exemplo a França, ou mesmo traduções dos mesmos⁵. Como consequência disso assistiu-se ao rápido surgimento das críticas, uma vez que tais livros não retratavam o nosso cotidiano, fazendo com que as aulas fossem consideradas pelos alunos cansativas e pouco estimulantes. Uma das tentativas para a diminuição desse problema, foi a organização de concursos com prêmios em dinheiro para os que escrevessem livros no Brasil. Essas publicações deveriam ser escritas por personalidades, as quais já gozavam de respeito e credibilidade perante a sociedade. Outros fatores eram o isolamento entre as províncias e a desorganização do poder público ^{no} nível nacional. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, abordado a seguir, tinha como uma de suas funções a organização de tais concursos, pagamento dos prêmios, financiamento de viagens pelo interior do país com o intuito de incentivar a criação da História Nacional e o incentivo de Biografias, para a formação da galeria dos heróis brasileiros, os quais seriam alvo dos estudos das escolas⁶.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro criado no mesmo ano da regulamentação da disciplina de História, em 1838, ficou responsável não apenas pela definição dos programas a serem trabalhados na disciplina, como também pela metodologia a ser aplicada pelos professores. Metodologia esta que tinha como alicerce a memorização dos conteúdos, onde os alunos acabavam sendo avaliados pelo volume de informações que conseguiam decorar. Não era valorizada a reflexão ou a inter-relação entre os fatos, os quais eram trabalhados de forma isolada, sendo ordenados apenas pela ordem cronológica dos mesmos. Como característica,

⁵ Para aprofundamento dessas questões ver: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro Didático e Conhecimento Histórico: Um Histórico do Saber escolar. São Paulo: ~~1993~~

⁶ Para aprofundamento dessas questões ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional ~~Na~~ Estudos Históricos. Nº 01, São Paulo: Vértice e DIAS, Margarida Maria Santos. Intrépida Ab Origine. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local.

esses livros não apresentavam apelo à linguagem visual, limitando-se a apresentar textos longos, com forte apelo à memorização de datas e nomes.

Além disso, coube ao IHGB, promover uma sistematização da historiografia a ser produzida a partir desse momento no país, ajudando dessa forma na constituição da formação da identidade da nação brasileira. Para tanto, publicava documentos que representavam importantes passagens em nossa História.

Quando o Império brasileiro chega ao fim em 1889, e após a efetivação do novo regime político, a República, a primeira constituição desse novo período traz a educação como um dos requisitos à participação na vida política brasileira, visto que somente as pessoas do sexo masculino, maiores de 21 anos podiam votar ou ser votado, desde que não fosse mendigo, soldado raso ou membro de ordem religiosa e analfabetos. Isso levou as autoridades a se preocuparem com o controle das informações a serem divulgadas pela escola, criando para tanto mecanismos de autorização para a publicação, edição e distribuição dos livros didáticos destinados principalmente às séries iniciais, vistas como principal preocupação, uma vez que era a base para os demais níveis do ensino, além de ter um maior alcance na população mais carente.

Além dessa preocupação, surgem com a República, críticas e debates sobre o sistema educacional brasileiro, que deveria ser nacional além de ser capaz de envolver toda a sociedade, caso contrário a educação continuaria a ter um caráter muito restrito. A preocupação com a educação, continua presente entre os intelectuais; no entanto, pode-se observar a partir da segunda década do século XX, uma mudança no foco de tal preocupação, que deixa de estar voltada à necessidade de ser nacional, preocupando-se a partir daí também com o educador, aquele que seria o grande responsável pela disseminação do saber.

A pessoa que se dedicasse a lecionar deveria ser uma pessoa de moral, de bons costumes, capaz de passar a seus alunos um caráter a ser seguido, a ser copiado, pois o

sentimento nacionalista por si só não seria capaz de conduzir o país, a um futuro de glória, desejado pelas elites. Como forma de enfatizar ainda mais a moral, deveriam ser estudados os grandes feitos e heróis de nossa História, mas não como uma simples memorização de datas e fatos, como até então era ensinada a História. A partir desse momento, a população deveria ser levada a identificar-se com movimentos ou lutas contra os que queriam usurpar nossas riquezas e nosso povo.

No final do mesmo século ^{XX} e início do século XXI a preocupação com o professor de História não mais recai sobre sua moral ou seus bons costumes, mas sim sobre a sua formação. Questiona-se nesse momento se os cursos superiores de História preparam ou não os futuros professores ^{para} a sala de aula. Neste momento alguns cursos têm uma divisão entre licenciatura e bacharelado, cabendo ao aluno optar por um dos dois no ingresso à Universidade. Outros têm as duas opções integradas num mesmo currículo. A questão é o que se faz necessário para ser um bom professor? Basta o conteúdo, afirmam uns, outros dizem que se faz necessário um domínio da metodologia. Em verdade, ao bom professor, deve ser dado o equilíbrio entre a sua qualificação e domínio dos conteúdos da sua disciplina e a preparação para utilizar metodologias adequadas. No entanto os cursos universitários não formam de modo igual os novos professores para sala de aula, dão-lhe o título, mas o mercado exige além de uma boa preparação acadêmica, algo mais, exige uma capacidade de trabalhar com o “tempo”, coisa muito difícil, principalmente em se tratando de alunos do ensino fundamental, o que acaba gerando um certo desequilíbrio, entre o saber produzido nas Universidades e como esse saber vai ser trabalhado historicamente pelo professor e apreendido pelo aluno, como retrata Sandra Cristina Fagundes de Lima.

(...) não está em cogitação o estudo de fatos do passado que se assemelhem a fatos do presente. Aqui trata-se de identificar acontecimentos passados que dêem margem para análise e compreensão de problemas contemporâneos. Isso só é possível quando o professor, dada a sua concepção de História, dê conta de fazer a leitura crítica do



processo histórico: tanto no que se refere ao significado dos acontecimentos, quanto à historicidade dos conceitos⁷.

A solução passa pela mudança de currículo e de método dos professores universitários, os quais são os formadores dos professores que irão lecionar nos níveis fundamental e médio.

A organização do ensino ^{no} a nível nacional, que muitos intelectuais imaginavam ser o ponto de partida para a consolidação do sentimento de pátria, de união entre os brasileiros, só ocorre no governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930. Durante seu governo, o patriotismo, esteve muito presente na ideologia do governo, que não admitia grupos de oposição. A ameaça comunista acabou sendo usada por Vargas várias vezes como justificativa para atitudes antidemocráticas, ^N nesse contexto, caberia às disciplinas de História e Geografia, a sobreposição do patriotismo ao caráter científico. Na Universidade de São Paulo foi criado, o curso específico para professores, tendo como reflexo um ensino menos tradicional onde não se ensinava apenas datas e fatos isolados, mas também o método da disciplina, o que levou os alunos a terem contato com uma disciplina mais interessante e didaticamente mais adequada.

Durante a ditadura militar, o governo federal realiza ^{ou} duas reformas, ^{no ensino} sendo uma destinada ao nível superior, ocorrida em 1968. Esta tinha como objetivo dificultar a organização dos estudantes e de certa forma conter as mobilizações organizadas por eles. A segunda reforma, ocorreu em 1971, esta destinava-se aos níveis de ensino primário e médio, promoveu a integração entre História e Geografia para o ensino primário, as quais seriam ensinadas dentro de Estudos Sociais, promoveu a privatização do ensino e acabou desqualificando e sucateando a escola pública. Essa desqualificação tinha como uma de suas causas os cursos de Estudos Sociais criados por ele, que pode ser comprovado na escolha dos docentes, os quais, na maioria das vezes não possuíam nenhuma preparação para ministrar as

⁷ AEMEIDA, 1991:35 - Citado por LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Rio Grande do Sul, 1999. P.144,

aulas, alguns eram funcionários do Banco do Brasil, que eram convidados pelos Diretores das Escolas para formar os futuros professores, que saíam com autorização para lecionar Estudos Sociais no primeiro grau e OSPB, no segundo.

(...) E, eu fui da primeira turma, servi de cobaia, porque os professores assim, chegavam na sala de aula e diziam: -olha eu me surpreendi pelo convite e, estou me sentindo gratificada porque fui convidado pelo diretor, pela secretária, que era a Lourdes Alves, só que eu não me sinto preparado e vou aprender com vocês, a maioria dos professores chegavam e diziam isso. Professores que trabalhavam no Banco do Brasil e não tinham nada a ver com a gente, daí fizeram os planejamentos assim, agora onde se basearam eu não sei...⁸

Tal medida tinha como função, mais uma vez, afastar a grande maioria da população, da verdadeira compreensão da História, de um ensino de qualidade, o que era favorecido pelos “Estudos Sociais”, já que a História e Geografia, não deveriam criar novos conhecimentos, visto que os mesmos já eram considerados como já produzido e a escola, como mera transmissora deste. Dessa forma, os cidadãos formados, eram menos críticos, e por sua vez, menos tensões sociais e menos problemas para o governo proporcionavam.

A cidadania a ser formada durante o período ditatorial, baseava-se na formação de cidadãos que deveriam ser meros repetidores, papel desempenhado também pela disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), criada a partir do regime militar, e teve sua obrigatoriedade retirada apenas em 1994, era responsável por moldar os alunos aos ditames de nosso sistema político, como afirma Joana Neves:

⁸ Depoimento da professora Marilene Grando Marchiori, Citado por PAIM, Elison Antônio. In: Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Rio Grande do Sul, 1999. p.222.

O que se pretendia alcançar, e que, até certo ponto, se conseguiu, era um tipo receptivo e passivo de cidadão. Alguém que exercesse a cidadania sem ser, contudo, seu sujeito. Era como se a condição de cidadão fosse uma concessão que cada um recebia do governo, e ainda assim se fizesse por merecê-la! O dever prevalecia sobre, e condicionava, o direito.⁹

No final da década de 1970, a sociedade que se encontrava claramente descontente com o governo militar, passa por um processo de conscientização e mobilização, a qual pode ser observada nas eleições de 1974 e 1978, onde os candidatos de oposição têm expressiva votação. Várias entidades de classe, como sindicatos, associações de professores e alunos (a UNE foi recriada em 1979), também se rearticulam, favorecendo um amplo debate sobre as mais variadas áreas, levando os educadores, inclusive os da área de História, a proporem - através de congressos, encontros ou reuniões científicas como a SBPC- mudanças e redimensionar as teorias, os métodos os conteúdos trabalhados e as linguagens utilizadas pelos professores.

Esse redimensionamento do ensino de História tem experiências boas, que poderiam e deveriam ser amplamente utilizadas no maior número de escolas possível, no entanto, o que ocorre é que a maioria dessas experiências não chegam a sair da escola, muitas vezes não saem nem da sala de aula. Tais experiências buscam de maneira geral romper com o ensino baseado apenas, ou quase completamente, na leitura, memorização e aplicação de questionários. Primeiro é sempre importante tentar aproximar ao máximo, onde o saber é produzido (as Universidades) e onde ele é aplicado (a escola). Para tanto, criam-se projetos de integração entre os professores, trocas de experiências através de palestras, onde possa ocorrer a orientação e melhor preparação dos professores de nível fundamental ou médio por parte dos professores das Universidades. Nessa nova abordagem, a aproximação teoria x prática acontece de modo mais freqüente.

⁹ NEVES, Joana. *Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no Ensino*. Editora ^{Local:} Sal da Terra.

Os alunos podem receber orientação para fazer um levantamento das informações sobre seu bairro, sendo-lhes fornecidos material para entrevistas, bem como a apresentação de uma metodologia científica. O próprio livro didático, quando comparado com outros livros, traz resultados interessantes e funcionam como um incentivo à pesquisa.

Outro aspecto importante nesse processo, é a não aceitação por parte dos professores em receber os chamados “pacotes educacionais”, nos quais o governo, através de medidas de gabinete, alteravam de maneira vertical a educação brasileira. Os docentes buscam atualmente maneiras de participar do processo educacional, não querem ou não aceitam receber e ao “desembrulhar” tais pacotes, serem obrigados a se moldarem a tudo que eles contém. Preferem uma gestão escolar participativa, onde os mesmos possam dar suas opiniões e conseqüentemente ter participação ativa no direcionamento da escola.

Ao perdurarem essas ações, em futuro breve, a instituição escolar se beneficiará, motivada pelas trocas de experiências e de saberes. Com certeza, a educação é uma das maiores janelas para a mudança social e cultural de uma sociedade.

Capítulo 3

“Não, não tenho caminho novo, o que tenho de novo é o jeito de caminhar”.

Thiago de Mello

3 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA INTEGRADA E NÃO INTEGRADA.

Neste capítulo será feita a diferenciação entre o livro didático com História Integrada e o livro didático de História não Integrada, a justificativa da escolha dos livros didáticos a serem trabalhados bem como uma rápida explanação sobre seus autores, a comparação entre eles, buscando mostrar as vantagens e desvantagens nas duas abordagens e a conclusão do trabalho.

A História não integrada deve ser entendida como aquela que faz uma divisão entre a História do Brasil e a História Geral. Na 5ª série, segundo esta abordagem, estuda-se desde a Pré-História do Brasil até a sua Independência, em 1822. Na 6ª série, estuda-se do Primeiro Reinado até os dias atuais, ficando para a 7ª e 8ª séries o estudo de História Geral, ficando a 7ª série com a Idade Antiga e Medieval e a 8ª com a Idade Moderna e Contemporânea.

A História Integrada tem uma abordagem diferenciada sobre o processo histórico, trabalhando os assuntos por cronologia, não ocorrendo divisões geográficas, éticas ou culturais para os assuntos, os quais vão sendo trabalhados de acordo com a data que ocorreram, não importando onde ocorreram.

O interesse na História do Brasil e não pela História geral, deve-se ao fato de ser adotada para a 5ª série do ^E ensino ^F fundamental na maioria das escolas. A série em questão é uma série “delicada” para alunos e professores, não apenas para professores os de História. Esse “delicado” deve-se a quebra de tudo que o aluno até então estava acostumado e tinha como certeza. Desde o maternal até a 4ª série, a maioria deles têm apenas uma experiência com professor durante cada ano letivo, algumas escolas adotam a disciplina de inglês desde a alfabetização, mas é uma introdução, nada que chegue a modificar a forma de organização de trabalho do aluno, que deve se “moldar” a essa nova realidade.

No entanto, a partir da 5ª série, e principalmente nesta série, o aluno passa por um novo processo de ensino-aprendizagem, passa a assistir aulas de 8 professores em média, cada um com um tempo de aula a ministrar, com uma metodologia própria, com sua forma de avaliar, de exigir trabalhos e apresentações.

Neste contexto entra em cena o professor de História, que tenta de várias maneiras passar aos novos alunos a necessidade, o gosto e a importância da leitura para o sucesso dele na disciplina. As aulas de História, geralmente três aulas por semana, têm em média 45 minutos cada e na hora da aplicação dos testes o professor não tem a possibilidade de fazer modificações no horário, possibilidade esta que os professores das 1ª a 4ª séries têm. Numa tarde de dois horários de estudos sociais, um horário de matemática e um de ciências, por exemplo, o professor polivalente pode na aplicação do teste de matemática, utilizar os demais horários total ou parcialmente, dando mais tempo aos alunos. Além dessa possibilidade, ainda existe outra que muito beneficia o aluno, na entrega da prova pelo aluno, o professor pode verificar possíveis erros e mandar o aluno pensar ou refazer a questão. A impossibilidade dessa sistemática a partir da 5ª série acaba influenciando negativamente nas notas do aluno, principalmente no primeiro semestre. De tal maneira que o livro a ser adotado deve favorecer ao máximo o rápido entendimento do assunto trabalhado pelo professor. Parece-nos que o livro que adota a metodologia da História Integrada, pode favorecer o aluno por relacionar de forma mais completa os vários acontecimentos transcorridos na História da humanidade, proporcionando um leque maior de opções ao professor na hora de lidar com a turma.

O que ocorre por exemplo, quando um professor de 5ª série, lecionando a História não integrada, trabalha a Independência do Brasil? Simplesmente, surge praticamente de “para-que-das” Napoleão Bonaparte e seu bloqueio continental, forçando ao aluno a tentar apreender de maneira rápida e a partir de uma contextualização limitada, a Europa da época, os interesses em questão e as repercussões delas no Brasil. O que não chega a ocorrer com a

utilização da versão integrada da História, ^{vida} que sempre trabalhando de forma a proporcionar uma contextualização, não apenas do Brasil, mas da sociedade daquela época.

Na contra mão dessa ferramenta destinada ao ensino da História, a História Integrada, há os que defendam que a História não precisa ser integrada para facilitar sua compreensão, uma vez que é perfeitamente possível, pegar partes do processo histórico e ter uma boa visão sobre o contexto trabalhado, porque cada uma das “partes” têm começo, meio e fim, cada uma delas possui sua própria inteligibilidade, que pode perfeitamente ser trabalhada sobre o ponto de vista não integrado. Uma segunda crítica é que a História Integrada trabalha muito mais o contexto europeu que o contexto brasileiro. Em relação a primeira crítica podemos afirmar categoricamente que ela está certa, que é possível a compreensão das “partes”, no entanto o cerne da questão não está na “parte” (versão não integrada) ou no “todo” (versão integrada), está na quantidade de assuntos trabalhados, como se fossem dois, três ou que fossem dez, a compreensão seria melhor na abordagem não integrada.

Mas quando falamos em livros didáticos, nos referimos a vida estudantil do aluno, passar ou não passar sua vida acadêmica interpretando o mundo com base em “partes”, até porque “não existem duas modalidades de História: uma história geral e histórias parciais dos diferentes locais. O processo histórico é uno e integrado e, à medida que se desenvolve tende, cada vez mais, a se universalizar”¹⁰. Sobre a segunda crítica, deve-se salientar que nossa História, não é necessariamente “nossa”, somos frutos de uma mistura de culturas, de uma miscigenação racial, que teve como mola propulsora a expansão européia, se falamos o português, é porque pelos portugueses fomos colonizados, se os Estados Unidos falam o inglês, é devido a Inglaterra e assim por diante. É evidente que não somos cópia da cultura européia, mas são relevantes os estudos sobre o velho mundo, quando tentamos entender nossa própria realidade.

¹⁰ NEVES, Joana. O ensino de História Local. Caderno de História. Volume 5, número 5. Jan/Dez. 1994, P.21

Os critérios para escolha dos livros a serem trabalhados foram três: o primeiro era que o livro de História Integrada como também o não integrado, deveriam ter passado por revisões antes de ser ofertados para escolhas dos professores. O segundo critério, era relativo às editoras, que deveriam ser uma das 5 Editoras mais adotadas no ensino fundamental, como podemos constatar no Guia de Livros Didáticos de História 2005, de 5ª a 8ª série onde: a Editora Ática, a Moderna, Saraiva, FTD e SCIPIONE, todas com três coleções aprovadas¹¹. Escolhida a coleção Integrada, a não Integrada, deveria pelo terceiro critério, ser de outra editora e de outros autores, de maneira que pudesse ser feita a confrontação de visão completamente independentes uma da outra.

A coleção “História: Sociedade & Cidadania”, que aborda a História de maneira integrada, é composta por quatro volumes, destinados as séries de 5ª a 8ª. A autoria é de Alfredo Boulos Júnior, ^mMestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e ^dDoutor em Educação pela PUC-SP. Lecionou no ^Eensino ^Ffundamental da rede pública e particular, além de ter assessorado a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação –SP. O livro foi publicado pela Editora FTD, tendo sido atualizado para o ano letivo de 2005. Serão analisados os destinados a 7ª e 8ª séries, por constarem neles assuntos de História do Brasil, trabalhados pelos livros não integrados na 5ª e 6ª séries do ensino fundamental.

A coleção de História não integrada é a “História e Vida”, também com quatro volumes destinados às mesmas séries da coleção acima. Os autores são Nelson Piletti e Claudino Piletti. A coleção é publicada pela Editora Ática e está na sua 21ª edição, a qual foi atualizada e reformulada para o ano de 2005. Desta coleção serão utilizados os volumes I e II, destinados a 5ª e 6ª séries, que trabalham História do Brasil.

¹¹ Guia de Livros Didáticos 2005 de História: V.5: História/Nabiha Gebrim (coord.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004.

O livro traz em seu primeiro capítulo uma abordagem da ^e **Economia do Brasil** (21 megr) **Colonial**. Não há nenhum tipo de introdução ao conjunto da obra, não existe uma revisão, nem tampouco informações sobre os vestígios da humanidade e suas datações, aspectos comuns em livros de História não Integrada, os quais normalmente dedicam o primeiro capítulo (no caso da 5ª série que é iniciada pela História do Brasil colônia) ao trabalho do Historiador, suas ferramentas, seu campo de pesquisa, a diferenciação entre as fontes escritas e não escritas, além de mostrar a divisão do tempo Histórico em seus períodos.

Isso se faz importante por possibilitar ao aluno recém saído da 4ª série um entendimento da Histórica como ciência, através da observação dos aspectos supra citados, onde o aluno deve ser levado a pensar sobre os conhecimentos que nos rodeiam, como o religioso, o senso comum e o filosófico, no entanto é com base no conhecimento científico que ele construirá sua vida acadêmica, devendo perceber que no estudo da História, há um objeto de pesquisa, um método e objetivos, o que levará o aluno a entender o valor da História para a humanidade. Tratam também do calendário cristão e do mulçumano, apontando a diferença entre eles e seus marcos iniciais. Além disso, normalmente¹² no capítulo 2, são trabalhados os primeiros habitantes do Brasil. São retratados os nossos ancestrais, o caminho que provavelmente percorreram (o estreito de Bering), sua origem africana, sua vida nômade e os lugares onde ficaram registrados seus hábitos, os chamados sítios arqueológicos com seus vestígios (esqueletos, pinturas rupestres, vasos de cerâmicas, raspadores e os sambaquis). Na 7ª série, que em seus primeiros capítulos, trabalha o surgimento da humanidade, também há

¹² Uma das questões que deve ser observada quando se trata de livro didático, é que o mesmo acaba resolvendo um problema, acaba preenchendo uma lacuna deixada pelas universidades, que não trabalham os alunos, futuros professores para que os mesmos sejam capazes de selecionar o conteúdo a ser ministrado em cada série. Esse despreparo, afeta até mesmo a escolha dos livros, que na maioria das Escolas, acabam sendo escolhidos entre os recomendados com ressalvas pelo PNLD, como pode-se verificar nas Recomendações para uma Política Pública de Livros Didáticos, de 2002.. Além disso, não há espaço nas escolas para que os professores façam a seleção dos conteúdos, de tal maneira que o livro didático acaba sendo a grande “salvação”, tanto para o professor, que não preparado para selecionar, como para a escola, que em muitos casos, não saberia nem por onde começar. Nesse sentido, a palavra normalmente foi utilizada aqui, no sentido que, há um saber convencionalmente aceito como correspondente às séries. Isso pode ser atribuído em parte a uma certa “cristalização” do modelo do livro didático. Uma vez que um livro tenha sido avaliado pelas autoridades competentes como sendo “bom”, as demais editoras se apropriam do modelo e seguem-no, na tentativa que seus livros também sejam aprovados.

um trabalho semelhante ao dos livros de 5ª série, onde o aluno faz uma revisão antes de iniciar os estudos da História Geral.

O capítulo 2 mostra como era **A Sociedade Colonial Açucareira**, sua rígida hierarquia, seus trabalhadores e suas funções. Merece destaque na abordagem feita, o papel do senhor de engenho, que tudo podia e ao qual todos deviam obediência. Uma informação que alguns livros de História não integrada não tratam e que é abordado pelo Integrado é o fato dos senhores de engenho, além de sua casa-grande, localizada dentro do engenho, possuía também uma casa (sobrado) nas cidades, os quais poderiam ter dois ou mais andares, o que demonstra uma sociedade tipicamente rural, como a maioria dos livros aborda, convivendo com o surgimento de cidades. Por se tratar de uma abordagem integrada, a seqüência dos assuntos trabalhados muito difere das encontradas nos livros não integrados, que antes de trabalharem a sociedade açucareira fazem uma seqüência didática, onde o aluno após o primeiro contato com os conhecimentos da área de História, como já trabalhado anteriormente, têm capítulos que abordam assuntos isolados como a chegada dos portugueses à América, os povos indígenas no Brasil, a exploração do pau-brasil, a administração colonial, a escravidão, o ciclo do açúcar e, enfim, a sociedade açucareira, já no capítulo 9.

O terceiro capítulo tem **A Administração no Brasil Colônia** como tema, o qual só é abordado pelo não integrado no capítulo 6. A abordagem feita nos dois livros é bastante semelhante, o integrado traz a mais que no não integrado, as vantagens que eram oferecidas aos donatários para que estes aceitassem as capitâneas e viessem para o Brasil tentar uma nova vida.

A partir do quarto capítulo são iniciados assuntos de História ^G geral que não constam nos livros não integrados. O tema desse capítulo é **A Colonização na América Inglesa**, que é trabalhado nos livros destinados a 8ª série, nos não integrados. Um aspecto positivo no livro integrado é a citação do termo “servos temporários”, não apontado pelo não integrado, e que

possibilita um paralelo com o feudalismo. Um segundo ponto positivo é o comércio triangular, abordado pelo livro como sendo o comércio que interligava os EUA, o continente africano e o Brasil, é positivo, visto que, além da versão não integrada nada mencionar sobre o assunto, na maioria das vezes que o termo “comércio triangular” é trabalhado, refere-se ao comércio entre Portugal, África e Brasil. O ponto negativo do capítulo está na falta da abordagem do processo de ^Iindependência dos EUA, como consequência, entre outras coisas, das leis intoleráveis decretadas pelos ingleses, e que afetavam a economia americana.

O quinto capítulo trata dos **Holandeses no Brasil** de maneira comum, sem nenhuma nova abordagem, no entanto, o autor dá pouco destaque ao conflito ocorrido entre comerciantes portugueses e grandes proprietários rurais brasileiros, conflito este que ficou conhecido como Guerra dos Mascates e colocou frente a frente Olinda, produtora de açúcar e Recife, que naquele momento tinha bons lucros com o comércio. No livro tradicional, o tema é tratado separadamente da ^Iinvasão ^Hholandesa, ganhando mais destaque em um capítulo dedicado às revoltas ocorridas contra a dominação portuguesa. Para facilitar a compreensão da ^Rrevolta, o capítulo aborda não apenas a Guerra dos Mascates, como também, a ^Rrevolta dos irmãos Beckman ocorrida no Maranhão, a ^Gguerra dos ^Eemboabas, conflito entre paulistas e forasteiros em busca de ouro e a revolta de Filipe dos Santos, sendo a ^Iinconfidência ^Mmineira tratada em um capítulo à parte, devido a sua grande importância para a História do nosso país.

O sexto capítulo tem como tema **Os Africanos no Brasil: Dominação e Resistência**. No capítulo, que não traz nenhuma novidade em relação à maioria dos livros, ocorre um erro muito comum: denominar de tráfico de escravos, a captura dos negros, o transporte e a venda dos mesmos no Brasil. Embora antiético e notadamente errado e injusto, deveria ser classificado como comércio e não como tráfico, uma vez que a atividade em si era vista como outra qualquer, inclusive sendo cobrado imposto sobre ela. O “tráfico” tem seu início com a Lei Euzébio de Queiroz, publicada em 1850 que proibia a continuidade da atividade, não

sendo obedecida por muitos, que aí sim, dão início a uma atividade proibida, podendo ser a partir daí classificada como tráfico. Na abordagem do livro não integrado, ocorre o mesmo erro do “tráfico” e não do “comércio”, no entanto, dois pontos positivos merecem destaque, são eles: o livro faz referência à região de origem e os dois principais grupos de negros que foram trazidos para o Brasil, além disso, trabalha, embora superficialmente a mistura de culturas, o sincretismo surgido a partir das influências mútuas que brancos, índios e negros exerciam uns sobre os outros.

O capítulo 7 traz **A Marcha da Colonização na América portuguesa** como tema, abordando o processo de expansão do território brasileiro. Neste capítulo são trabalhados os principais fatores que impulsionaram a busca por novas terras, foram eles: a ação dos soldados, bandeirantes, jesuítas e criação de gado. O livro não integrado comete duas falhas nesse assunto, não aborda nem a ação dos jesuítas nem a criação de gado.

O capítulo 8 aborda **O Ciclo do Ouro**. Os dois livros abordam de forma bastante semelhante o tema, no entanto o livro integrado traz um perfil da sociedade mineradora, dividindo a sociedade em grupos e trabalha cada um deles. O não integrado mostra a diferenças entre faisqueiras e lavras, e trabalha também as conseqüências da descoberta do ouro, como por exemplo, a mudança do eixo econômico do país, do nordeste para o sudeste, ambos não foram abordados pelo integrado.

O capítulo 9 é destinado à **Revolução Inglesa**, que teve como maior conseqüência, o fim do absolutismo monárquico e a implantação do parlamentarismo. Esse tema é trabalhado no livro não integrado, na 8ª série com o título de “O absolutismo e o mercantilismo”. No mesmo capítulo são tratados o absolutismo dos reis, o caso da França, a ^Rrevolução ^Iinglesa o mercantilismo e a cultura. O livro não integrado aborda superficialmente a Guerra das Duas Rosas, como origem do absolutismo inglês. O integrado traz mais detalhados os grupos que



disputavam o poder na Inglaterra, como os gentry e os yeomen, nobreza rural e pequenos e médios proprietários rurais respectivamente.

O **Iluminismo** é o tema do décimo capítulo, é abordado de maneira tradicional, sem grandes novidades. No livro não integrado, esse assunto é estudado na 8ª série, nele a diferença positiva pode ser verificada na abordagem sobre os déspotas esclarecidos, que além de serem relacionados em maior número, é feita uma relação entre eles e há uma explanação especificamente sobre o despotismo em Portugal.

O décimo primeiro capítulo trata da **Revolução Industrial**. Traz de forma bastante detalhada as razões do pioneirismo inglês, enquanto o não integrado apenas cita que a Inglaterra tinha condições favoráveis, sem, no entanto enumerá-las. Outro ponto positivo do livro integrado é a relação das máquinas criadas durante o processo de mecanização da produção. Exemplificando para que serviam, quem as criou e o impacto delas sobre a produção. No livro não integrado apenas há uma citação que “várias máquinas foram criadas”. No entanto este relaciona fatores mais gerais (ao contrário do integrado que se limita muito no caso inglês) das circunstâncias ocorridas em várias partes do mundo que favoreceram o desenvolvimento industrial como um todo. Sobre o pioneirismo inglês, uma grande vantagem do livro não integrado, é a retomada da revolução gloriosa na Inglaterra, que levou o parlamento a controlar o poder político naquele país.

O capítulo doze traz **A Independência da América do Norte** como título. O livro não integrado, ao contrário do integrado, antes de iniciar o assunto sobre as treze colônias americanas, faz relação aos colonos americanos, mostrando quem eram, de onde vieram e os motivos que os levaram a abandonarem sua terra de origem. Sobre os acontecimentos que levaram ao conflito entre a colônia e sua metrópole, o livro integrado faz uma abordagem mais aprofundada, sendo iniciada pela guerra Franco-Índica e seguindo com a guerra dos 7 anos, as quais levaram a Inglaterra a aumentar a exploração econômica sobre as treze colônias

americanas. Além disso relaciona as leis intoleráveis: açúcar, selo e chá, enquanto o livro não integrado, além de não abordar os dois primeiros conflitos, apenas cita a lei do chá entre as intoleráveis.

O capítulo treze trata da **Revolução Francesa**. No início do capítulo, a abordagem feita pelo livro integrado sobre os três estados na França, é muito mais detalhada que a feita pelo livro não integrado. Sobre a convocação dos estados gerais, o integrado também leva vantagem. Quanto aos antecedentes da revolução, o integrada contextualiza melhor o quadro social da França pré-revolucionária. Mas há uma falha grave no integrado, o lema: liberdade, igualdade e fraternidade, não chega a ser trabalhado.

A **Era Napoleônica** é trabalhada no capítulo 14. o livro integrado faz um relato mais detalhado sobre o processo através do qual Napoleão chega ao poder na França, desde sua ascensão militar até o golpe de estado conhecido como 18 brumário. Sobre o Congresso de Viena, o livro não integrado relaciona apenas os objetivos, já o integrado, tece comentários, relacionando melhor os acontecimentos.

A **Independência do Haiti e da América Espanhola** é o tema do capítulo 15. nos dois livros há uma rápida introdução à crise do sistema colonial, mas o livro integrado aborda melhor as 3 classes sociais na América espanhola, sendo apenas a dos Criollos enfocada pelo não integrado. Outro ponto abordado apenas pelo integrado, são os motivos pelos quais as colônias espanholas se revoltaram.

O capítulo 16 é sobre a **Emancipação Política Brasileira**. Aqui o livro integrado acaba aglutinando num mesmo capítulo, vários assuntos, que no livro não integrado, são trabalhados em capítulos separados, um a um, de forma a possibilitar aos alunos um estudo caso a caso. Nesse contexto, são tratadas a conjuração mineira, que detalha os inconfidentes e suas profissões, até chegar em Tiradentes, o que normalmente não ocorre, sendo comum apenas uma citação que os inconfidentes eram em sua maioria da elite mineira e apenas um

deles não. Outro tópico abordado é sobre a conjuração baiana, em seguida a chegada da família real ao Brasil, os tratados de 1810, a administração joanina, o Brasil como Reino Unido, a revolução pernambucana de 1817, a revolução do Porto e a independência do Brasil.

O capítulo 17 tem como título **O Reinado de D. Pedro I: Uma Cidadania Limitada**. A vantagem do livro integrado que é trabalhado além do que é abordado pelo não integrado, como se deu o processo de reconhecimento da independência brasileira, desde a não aceitação de Portugal, mostra os interesses dos Estados Unidos e o que a Inglaterra exigiu para reconhecer nossa independência. Sobre a primeira constituição brasileira, o volume integrado aborda os principais pontos do projeto feito pelos políticos brasileiros, enquanto no livro não integrado apenas é mencionado que o poder do imperador seria restrito pela nova constituição.

O capítulo 18 aborda **O Período das Regências**. No início do capítulo o livro não integrado traz uma abordagem rápida sobre o que determinava a constituição de 1824 sobre a sucessão no trono brasileiro caso o imperador a ser coroado fosse menor de idade. Já o integrado, sobre o ato adicional de 1834 faz referência a quatro determinações deste, enquanto o não integrado menciona apenas dois deles. Sobre a regência uma de Feijó, o integrado faz uma contextualização muito mais completa sobre seu governo, citando suas dificuldades e relacionando seus adversários políticos, em seguida o integrado aborda o governo de Araújo Lima, destacando a Lei Interpretativa do Ato Adicional, o que não chega a ser mencionado pelo não integrado. O integrado faz também antes de tratar das revoltas do período, uma contextualização das revoltas.

O capítulo 19 tem como tema **A Industrialização e o Imperialismo**, assunto tratado no livro não integrado apenas na 8ª série. O livro não integrado trata apenas da dominação, ou neocolonialismo empreendido pelas potências européias. O livro integrado, antes de chegar no neocolonialismo, faz uma abordagem sobre o que significou para o mundo a segunda

revolução industrial, o impacto das novas fontes de energia como a eletricidade e o petróleo, a evolução do sistema capitalista, o surgimento do Truste, da Holding, o surgimento do capitalismo financeiro e em que consistia a política imperialista das nações européias, dando mais uma vez, uma contextualização muito rica sobre o assunto.

O capítulo 20 tem como tema **Os Estados Unidos no Século XIX**. Esse é um capítulo que não encontra comparação com a versão não integrada, que aborda os Estados Unidos no século XX.

O último capítulo, 21, tem como título **O Reinado de D. Pedro II: A Garantia da Unidade**. Os dois livros fazem abordagens semelhantes, sendo o integrado melhor ilustrado.

O capítulo 1 do livro destinado a 8ª série tem como tema **O Café, Modernização e Imigração**, assunto abordado pela versão não integrada na 6ª série. O livro integrado, ao contrário do não integrado, antes de iniciar o assunto, faz uma introdução ao capítulo, dando uma visão dos assuntos a serem trabalhados, preparando o aluno para o tema, além de abordar o processo de modernização do Rio de Janeiro e São Paulo, destacando o processo de expansão das ferrovias, como também faz uma abordagem sobre o crescimento do mercado interno.

O capítulo 2 na versão integrada, que tem por tema **Abolição e República**, também abordado na 6ª série, relaciona os dois por serem muito próximos sobre o ponto de vista cronológico, 1888 e 1889, enquanto a versão não integrada aborda os temas separadamente e ainda inseri um capítulo sobre cultura no império entre os dois, o que não facilita a junção entre assuntos tão importantes e tão ligados entre si.

O capítulo 3 traz o título **Os Militares e a Consolidação da República**, o capítulo não diverge muito da encontrada no livro não integrado.

No capítulo 4 sobre a **I Guerra Mundial**, assunto abordado pela versão não integrada apenas na 8ª série, o livro integrado traz uma contextualização da situação econômica e social

da Alemanha e Grã-Bretanha antes da eclosão do conflito mundial, além disso, também faz referência a Paz Armada, onde ter armas, consistia na garantia de uma situação de paz.

O capítulo 5 é sobre **A Revolução Russa**. A vantagem da versão integrada está na abordagem do processo de modernização russa no final da Rússia Czarista. O governo de Lênin é mais detalhado e melhor ilustrado e a ditadura de Stalin, é abordada de maneira mais detalhada, sendo muito superficial no livro não integrado.

O capítulo 6 tem **A República Velha: Dominação** como tema e o capítulo 7: República Velha: resistência. A vantagem do livro Integrado está na abertura do capítulo 6, quando faz uma introdução, na qual trabalha o tema Oligarquia. Na política dos governadores, há um esquema que ajuda o aluno a perceber como esse esquema funcionava. Mas o ponto mais importante, é o volume de informações acerca de cada um dos temas acima, bem como sobre alguns movimentos da época: Contestado, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata e o Movimento Operário. Todos estes assuntos são trabalhados na versão não integrada dentro de um único capítulo, o que acaba favorecendo a uma superficialidade dos mesmos.

O capítulo 8 tem por título: **Prosperidade, Crise e Cultura na América dos Anos 20 e 30**. A vantagem do Integrado, está na contextualização dos “anos felizes” na década de 1920, na difusão através do rádio, da TV e do cinema do modo de vida americano. A abordagem sobre o jazz e sua influência nos Estados Unidos, bem como a relação entre a Lei Seca e o crime organizado.

O capítulo 9, tem com foco **O Fascismo e o Nazismo**, que na versão não integrada é abordada na 8ª série tem basicamente os mesmos elementos nas duas versões. A vantagem do Integrado, está na abordagem sobre as Olimpíadas de 1936 em Berlim, quando Hitler assiste um negro americano ganhar 4 medalhas de ouro.

A II Guerra é trabalhada no capítulo 10. O livro não integrado já inicia o capítulo abordando a Alemanha e seu espaço vital. Já o integrado faz primeiro uma rápida

retrospectiva a partir de 1933, em seguida aborda o imperialismo japonês e o italiano, para trabalhar a Alemanha. No livro integrado, também há uma citação ao julgamento de Nuremberg, onde ocorreu o julgamento dos nazistas.

O capítulo 11 cujo título é: **Crise da República Velha e o 1º Governo Vargas**, traz a mais sobre a segunda revolta tenentista, os objetivos do levante, além de comentar sobre os líderes, os combates e os locais onde ocorreram, enquanto o não integrado relata apenas que a mesma ocorreu em São Paulo, teve como um de seus líderes Isidoro Dias não trata dos confrontos. Outro ponto positivo do Integrado, ele trata de todo o governo Vargas, já o não integrado, para nas eleições de 1930 e antes de retomar o governo Vargas, insere um capítulo sobre a cultura entre eles.

O capítulo 12 tem como tema, **A Guerra Fria**, assunto tratado no não integrado na 8ª série. Mais uma vez o livro Integrado leva vantagem. Sobre o livro não Integrado, o Plano Marshall, já é trabalhado no segundo parágrafo. No Integrado, antes de chegar nesse plano, há uma contextualização. Explica-se primeiro o significado do termo Guerra Fria, faz referência as Conferências de Ialta e Potsdam, aborda o termo Cortina de Ferro, ilustra a divisão da Alemanha nas quatro zonas de influência e fala sobre o muro de Berlim, dando ao aluno uma visão mais completa.

O capítulo 13 tem como título: **Dutra e Getúlio: Uma Experiência Democrática**. Este assunto é abordado na versão não integrada na 6ª série. O livro Integrado ilustra através de gráficos simples e objetivos o resultado das eleições de 1945 e traz um texto sobre o populismo no governo Vargas, no que não foi trabalhado pelo não integrado.

O capítulo 14 aborda **A Independência da Ásia e da África**, tema trabalhado na 8ª série pela versão não integrada com o título: A descolonização da Ásia e da África. O livro não integrado trata em seu primeiro tópico do capítulo: Ásia, ventos de liberdade, a independência da Índia e a importância de Gandhi neste processo e o último parágrafo desse

item relata que: Depois da Índia e o Paquistão, outros territórios asiáticos foram conseguindo sua emancipação, como o Ceilão (atual Sri Lanka) e a Birmânia (atual Mianma), em 1948, e o Laos e Camboja, em 1954.¹³ Em seguida aborda o processo ocorrido na África. O livro Integrado faz primeiro um rápido comentário sobre o mundo pós II Guerra, em seguida relaciona as razões da independência (cinco segundo o autor), trata depois do Vietnã, Laos e Camboja, passando pela Guerra do Vietnã, enfatizando como se deu a luta contra franceses e norte-americanos, depois aborda a Índia, de maneira mais profunda e bem mais ilustrada.

O capítulo 15 tem o título de: **O Socialismo Real**. Repetindo o corrido em outros capítulos, o livro Integrado faz uma contextualização antes de iniciar o assunto, o que muitas vezes é esquecida pelo não Integrado. Além disso, sobre a Revolução Chinesa, o Integrado traz além dos itens trabalhados pela outra versão, tópicos sobre o nacionalismo chinês, os senhores da guerra e a influência das idéias marxistas. No fechamento do assunto, o Integrado faz um retrato da China atual, inclusive abordando o massacre da Praça da Paz Celestial, em 1889.

O título do capítulo 16 é: **O fim da União Soviética e Democratização do Leste Europeu**. Os dois livros iniciam suas abordagens praticamente iguais, mostrando os governos da União Soviética desde Stalin. O Integrado, traz entre o governo de Brejnev e o de Gorbachev, uma contextualização da crise econômica enfrentada naquele momento no país. Sobre o governo de Gorbachev, o Integrado também destaca as principais medidas da Perestroika.

O capítulo 17 tem a **Guerra e a Paz no Oriente Médio** como título. O livro não Integrado trata primeiro do papel do petróleo no Oriente Médio e em seguida o nascimento de Israel. O Integrado, inicia com a localização (com mapa ilustrativo) do Oriente Médio, em seguida fala sobre a diáspora judaica, o movimento chamado de Sionismo, para em seguida

¹³ PILETTI, Nelson e Claudino. História e Vida. Volume 4. Dos Tempos Modernos ao Mundo Globalizado. Ática, 22ed. 2004:

abordar o nascimento de Israel, mais um vez com um panorama bem mais amplo. No final do capítulo também aborda a difusão do islamismo e o ataque as ^TTorres ^GGêmeas, em 11 de setembro de 2001, sofrido pelos Estados Unidos.

O capítulo 18 traz um tema trabalhado em dois capítulos na 6ª série que adota o livro não Integrado: **De Juscelino a Jango: Crescimento Econômico e Populismo**. No livro Integrado, há uma divisão do assunto dentro do governo Juscelino, em economia e política, o que torna a leitura mais rápida e organizada. Também é feita uma comparação entre o nacionalismo de Vargas e o ^dDesenvolvimentismo de Juscelino. Essa maneira de organizar o capítulo, também é feita sobre o governo de Jânio e o de Jango.

O capítulo 19 também aborda um assunto tratado na 6ª série do livro não Integrado: **O Regime Militar**. As abordagens são parecidas, sendo dado no livro Integrado, maior destaque ao movimento estudantil, em especial a UNE, e o ^Mmovimento ^Ooperário, a partir de 1968.

O capítulo 20 trata dos **Governos Geisel e Figueiredo**, assuntos também abordados na 6ª série pelo não Integrado. O Integrado traz o II Plano Nacional de Desenvolvimento, destacando seus principais objetivos, além do movimento estudantil em 1977. No final do capítulo, destaca também a economia e os planos de Delfim Neto.

O capítulo 21 aborda **O Brasil Contemporâneo**, os governos de Sarney até o de Lula. O livro Integrado aborda de maneira mais extensa a ^Cconstituição de 1988 e seus principais artigos. No governo Fernando Henrique, o Integrado trabalha as privatizações de forma mais ampla e contextualizada. Sobre o governo Lula, o Integrado faz uma relação de possíveis causas da eleição do novo Presidente.

No último capítulo: **Um Mundo Polarizado**, as duas abordagens são basicamente sobre a globalização e suas conseqüências.

O livro Integrado mostrou-se mais indicado à utilização em sala de aula pelo fato da História do Brasil está intimamente ligada à História de outros países em outros continentes

como exemplo, o ^C continente africano, que perdeu parte de sua população na escravidão a que ~~eram~~ submetido^D, Portugal por ter nos colonizado, a Espanha devido a ^U ^I União Ibérica, a Inglaterra por ter sido a primeira a ter se industrializado, por ter dominado Portugal economicamente e conseqüentemente dominado o Brasil; ^a A Holanda, devido aos anos de dominação no nordeste brasileiro com a invasão em Pernambuco, a França por ter fundado aqui duas colônias, a França Antártica e a França Equinocial; Os EUA por terem sido compradores de nosso café e por terem paralisado sua produção de algodão durante a guerra por sua independência, o que nos favoreceu; ^a A Itália e a Alemanha, por seus imigrantes, largamente utilizados como mão de obra no nosso processo de industrialização. Novamente os Estados Unidos, na quebra da ^B bolsa de Nova Iorque, em 1929, fato que afetou não apenas o Brasil como também vários países espalhados pelo mundo, na ocasião da ^S ^G segunda guerra mundial, onde declaramos guerra ao Eixo, por necessitarmos de uma indústria siderúrgica. E a União Soviética, quando a guerra fria dividiu o mundo em dois blocos econômicos e políticos.

Enfim, no processo que atualmente chamamos de globalização, o Brasil insere-se nele hoje e sempre, ^A as questões políticas, econômicas e sociais, enfrentadas pela nossa população teve ou tem relação direta ou indireta com acontecimentos ocorridos muitas vezes, bem longe de nosso território, e para compreendê-los a melhor maneira é o estudo do mundo como um todo, com suas influências múltiplas, justas ou injustas, mas sempre procurando perceber a ligação ou a relação entre tudo que acontece, pois nenhum acontecimento é solto, é isolado, está sempre sendo causa ou conseqüência de outro acontecimento.

Considerações finais. < ↘ ↗

(maiusc.)

A humanidade desde seu início, cresce a partir de situações-problemas, que geram em sua essência novos desafios, novos patamares a serem alcançados, contribuindo, desta maneira para a evolução das ciências. Com a História não é diferente. É claro que a maneira de se trabalhar, está sempre associada à conjuntura sócio-política, a um tempo, a uma série de questões pertinentes, na maioria das vezes àquele momento histórico. Como toda sociedade, o Brasil enfrentou diversas fases que contribuíram nos mais variados sentidos para construção de seu povo. Uma dessas fases, o período após o golpe militar de 1964, provocou mudanças nos papéis e nas funções do professor de História, submetido ao controle e ao domínio da força política. Naquele período interessava às autoridades, que a História fosse ofuscada, contudo como a sociedade é dinâmica, surge uma nova era, onde foi possível repensar e reescrever a História do Brasil.

Nesse processo de repensar, novas metodologias e propostas pedagógicas são criadas, e a História Integrada (em forma) ^{nos} de livros didáticos é apenas mais uma delas. Após essa investigação, (acredito) ser realmente a maneira mais adequada de se trabalhar. ^{por quê?} No entanto, estou certo que ainda deva demorar até que essa tendência venha a se firmar; e mesmo com base em quê? optando por ela, como professor, espero que as duas versões consigam coexistir, deixando sempre aberto o debate, o estudo e a confrontação das idéias que com certeza surgirão. Isso favorecerá sobremaneira a elaboração de livros didáticos menos padronizados, onde professores possam realmente escolher, dentre as opções que lhes são ofertadas todos os anos, livros que não sejam apenas mais uma "versão atualizada".

Conclusão superficial, sem consistência



~~Referências Bibliográficas.~~ BIBLIOGRAFIA

Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série eventos acadêmicos).

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Recomendações para uma política pública de livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O saber histórico na sala de aula. 2.ed- São Paulo: Contexto, 1998- (coleção repensando o ensino)

Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. São Paulo: 1993. (Tese de (Doutorado) - USP, São Paulo, IVV)

Cadernos de História, v.5 – 1994 – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de História, Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História.

CAIMI, Flávia Eloísa. Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil. (1980-1998)- Passo Fundo: FP, 2001.208p.

DIAS, Margarida Maria Santos. Intrépida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local – 1905/1930. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora ~~ETDA~~, 1996.

GEBRIM, Nabíha (coord.). Guia de Livros Didáticos 2005 de História V.5 Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004. V,5

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Estudos Históricos. N°1, São Paulo: Vértice, ^{ht-art.} n.1

KAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1983.

MUNAKATA, Kazumi. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. PUC-SP.1997 (Tese de Doutorado)

NEVES, Joana. Contra o ^eConcenso: LDB, DCN, PCN e reformas no Ensino. Editora Sal da Terra. ^{Local?}

_____. O ensino de História Local. Caderno de História. Volume 5; número 5 – Jan/Dez. 1994.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O Direito ao Passado. Uma discussão necessária à formação do profissional de história. Recife: 2003. (Tese de Doutorado) – UPE, Recife

_____. (Organizadora). Contra o consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino. João Pessoa: ANPUH/PB – Editora Sal da Terra, 2000.

SAECULUM: Revista de história – nº 6/7. Jan/Dez. 2000/2001 – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

~~SALOMON, Décio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 5ª ed. Belo Horizonte, Interlivros. 1977.~~

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene Rosa, (org.). Anais do III encontro: Perspectivas do Ensino de História – Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ZAMBONI, Ernesta. Cadernos Cedes 10. A prática do ensino de História. Cidade Editora 4ª ed. – 1994.

H. ?
 série ?
 Observar as normas da ABNT.

Fontes (antes da Bibliografia)
Livros didáticos

BOULLO, JÚNIOR, Alfredo ~~BOULLO~~. História: Sociedade e Cidadania. 5ª série. São Paulo: FTD, 2004.

5ª - 8ª série

podem ser
trazidos
em nota

6ª série. São Paulo: FTD, 2004.

7ª série. São Paulo: FTD, 2004.

8ª série. São Paulo: FTD, 2004.

PILETTI, Nelson ^{PILETTI} e Claudino. História e Vida. ^{V. 1-4} Volume 1. Brasil: Dos primeiros habitantes à independência. ^{San Paulo} Ática, 22ed. 2004. ^{v. 1-4}

Volume 2. Brasil: Do primeiro reinado aos dias de hoje. Ática, 22ed. 2004.

Volume 3. Da origem da humanidade à Idade Média. Ática, 22ed. 2004.

Volume 4. Dos tempos modernos ao mundo Globalizado. Ática, 22ed. 2004.

idem